



**Processo nº:** 1.966/09 (a)

**Origem:** Região Administrativa III – Taguatinga

**Assunto:** Representação

**Órgão Técnico:** Secretaria de Acompanhamento

**MP:** Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

**Advogado:** Dr. Nilton Oliveira Batista (OAB/DF nº 6.282)

**Sessão:** Pauta nº 18, S.O. nº 4583, de 19.3.2013

**Publicação:** DODF nº 53, de 14.3.2013, pág. 24

**Ementa:** Representação do Ministério Público de Contas acerca da ocorrência de possíveis irregularidades na contratação de obras pela Região Administrativa III – Taguatinga. Irregularidades confirmadas. Determinação de providências e aplicação de multa ao responsável (Decisão nº 3.797/10-CSPM e Acórdão nº 152/10). Interposição de Recurso de Reconsideração pelo Sr. Benedito Augusto Domingos. Improvimento do apelo (Decisão nº 976/12-CRR). Atendimento parcial das determinações. PARECERES CONVERGENTES: nova diligência para obtenção de informações. VOTO de acordo com os Pareceres.

## RELATÓRIO

Cuidam os autos da Representação nº 05/2009 apresentada pelo Ministério Público de Contas acerca de irregularidades ocorridas na execução de obras contratadas, mediante convites, na Administração Regional de Taguatinga.

2. O Tribunal, na Sessão de 27.7.10, proferiu a Decisão nº 3.797/10-CSPM (fls.341/342), com o seguinte teor:

### **DECISÃO Nº 3797/2010**

*“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu:  
I. tomar conhecimento: a) das peças de fls. 245/257, 276/279, 285/288 e 289/294; b) da defesa conjunta apresentada pelo Sr.*



*Benedito Domingos (Administrador Regional à época dos fatos), pelo Sr. Joaquim Almeida dos Santos (Administrador Regional Substituto à época dos fatos), pelos Srs. Marco Túlio Santana Rios, Maria de Fátima Silva, Ardison Sobreira Rolim Filho (membros da Comissão de Licitação) e pelo Sr. Edvaldo Muniz (Diretor de Obras); II. informar à empresa Alpar Engenharia Ltda. que as justificativas apresentadas por meio do documento de fls. 285/288 deverão ser dirigidas à Corregedoria-Geral do DF que tem competência para analisá-la; III. ter por parcialmente cumprida a Decisão nº 3.838/2009; IV. **considerar improcedentes as razões de defesa apresentadas e aplicar, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 1/1994, c/c o art. 182, inciso I, do Regimento Interno, e na forma do acórdão apresentado pelo Relator, a multa de: a) R\$ 1.000,00 ao Sr. Joaquim Almeida dos Santos (Substituto do Administrador Regional) e aos Srs. Marco Túlio Santana Rios, Maria de Fátima Silva e Ardison Sobreira Rolim Filho (membros da Comissão de Licitação), em face das irregularidades apontadas no Tópico II do Relatório de Inspeção nº 04/2009 (inobservância de requisitos do edital); b) R\$ 1.000,00 ao Sr. Edvaldo Muniz (Diretor de Obras), em face das irregularidades apontadas no Tópico III do Relatório de Inspeção nº 04/2009 (falta de padronização de custos - infringência do art. 6º, inciso IX, alínea "f", da Lei nº 8.666/93); c) R\$ 2.000,00 ao Sr. Benedito Domingos (Administrador Regional à época dos fatos), em face das irregularidades apontadas nos Tópicos II, III e IV do Relatório de Inspeção nº 04/2009 (inobservância de requisitos do edital, falta de padronização de custos - infringência do art. 6º, inciso IX, alínea "f", da Lei nº 8.666/93 e fracionamento irregular de licitações); V. determinar à Corregedoria-Geral do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao Tribunal acerca do deslinde dos processos administrativos instaurados em atendimento ao inciso II, alínea "a", da Decisão nº 3.838/2009, bem como sobre a efetiva execução, recebimento e qualidade das obras; VI. autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para os devidos fins. Parcialmente vencido o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que, no tocante aos valores das multas indicadas no item IV, alíneas "a" e "b", votou pela majoração do valor para R\$ 2.000,00 e, na alínea "c", para R\$ 4.000,00."***

3. Foi então expedido o Acórdão nº 152/2010 (fls. 343/344).
4. Em face da mencionada deliberação, o Sr. Benedito Augusto Domingos opôs os Embargos de Declaração de fls. 360/363. O apelo foi conhecido e rejeitado na Sessão de 4.11.2010 (Decisão nº 5.871/2010-CSPM, fls. 379).
5. Cientificado do decidido, o responsável, por intermédio de seu advogado, Dr. Nilton Oliveira Batista, interpôs o Recurso de Reconsideração de fls. 383/405, que foi conhecido, no efeito suspensivo, na Sessão de 8.2.11 (Decisão nº 194/11-CSPM, fls. 414).



6. Na Sessão de 15.3.2012, o mencionado apelo teve seu provimento negado (Decisão nº 976/12-CRR, fls. 464).

7. No momento analisa-se o atendimento da diligência contida no inciso V da Decisão nº 3.797/10-CSPM.

## MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

8. A Instrução analisa os presentes autos nos termos seguintes:

*“2. Encontra-se pendente de análise o cumprimento do item V da Decisão nº 3.797/2010 (fl. 341), in verbis:*

*V. determinar à Corregedoria-Geral do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao Tribunal acerca do deslinde dos processos administrativos instaurados em atendimento ao inciso II, alínea “a”, da Decisão nº 3.838/2009, bem como sobre a efetiva execução, recebimento e qualidade das obras;*

*3. Pertinente, neste ponto, transcrever o mencionado item II.a da Decisão nº 3.838/2009 (fls. 177/178):*

*II. determinar à Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do DF que: a) instaure os devidos processos administrativos, ante a possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 87, c/c art. 88, incisos II e III, da Lei nº 8.666/1993, em razão das irregularidades comentadas no Tópico I do Relatório de Inspeção, às seguintes empresas: HB Engenharia Ltda.; WRM Engenharia e Construções Ltda.; ANGLO Construções e Reformas Ltda.; SKALA Construtora Ltda.; DLM Construções Ltda.; MANDALA Ind. e Com. de Pré-Moldados Ltda.; Construtora POLO Comércio e Incorporações Ltda.; WEG Empreendimentos de Obras Civis Ltda.; IJ Engenharia e Construções Ltda.; MENEZES Engenharia e Construções Ltda.; IMPLANTA Construções Ltda.; MG Construtora Ltda.; MULTWORK Construtora Ltda.; ALPAR Engenharia Ltda.; SUPREMA Engenharia e Comércio Ltda.; CIDADE Engenharia Ltda. e MÉRITO Engenharia Ltda.*

*4. Em resposta ao item V da Decisão nº 3.797/2010, a Corregedoria-Geral do Distrito Federal protocolou o Ofício nº 961/2010 – GAB/CGDF (fls. 358/359), dando conta da instituição*



*de Comissão Conjunta de Processo Administrativo incumbida de instaurar os devidos processos administrativos, de forma a promover a audiência das empresas citadas por meio das Decisões n° 3671, 3672, 3673, 3838, 4772, 4773, 6176, 6177, 6178, 6179, 6180 e 6181, todas de 2009.*

*5. Informa, ainda, que, com fulcro no art. 87, §3º, da Lei de Licitações, os autos foram encaminhados à Secretaria de Estado de Governo, para que fosse instaurado o devido processo administrativo visando à aplicação de declaração de inidoneidade das empresas citadas por esta Corte.*

### **CONCLUSÕES**

*6. O Ofício n° 961/2010 – GAB/CGDF apenas informa que os autos administrativos foram encaminhados à Secretaria de Estado de Governo para que fossem dotadas as providências cabíveis com o fim de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade às empresas listadas no item II.a da Decisão n° 3.838/2009.*

*7. Entretanto não foram providas maiores informações acerca da evolução da matéria no âmbito da Secretaria de Estado de Governo, sendo oportuno, portanto, determinar àquele órgão que comunique a esta Corte o deslinde dos processos administrativos instaurados em atendimento ao item II.a da Decisão n° 3.838/2009.*

*8. Outrossim, destaca-se o não cumprimento do item V da Decisão n° 3.797/2010, in fine: “determinar à Corregedoria-Geral do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao Tribunal [...] sobre a efetiva execução, recebimento e qualidade das obras”<sup>1</sup>. Em que pese ao não atendimento integral a este item, entende esta Unidade Técnica que a Corregedoria-Geral do Distrito Federal não é órgão que detém as informações necessárias ao atendimento da Decisão, devendo, portanto, tal diligência ser endereçada à Administração Regional de Taguatinga – RA III. Desta forma, em consonância ao entendimento registrado no § 10 do Parecer n° 539/2010-CF (fl. 318), visto que as demais diligências dirigidas à Corregedoria-Geral do DF transbordam as matérias de alçada daquele órgão, pode-se relevar o descumprimento parcial em tela.*

<sup>1</sup> As obras em comento são aquelas listadas no item II da Decisão n° 671/2009 (fl. 66), quais sejam: Contrato n° 054/2008 (Processo n° 132.002.303/2008); Contrato n° 055/2008 (Processo n° 132.002.304/2008); Contrato n° 056/2008 (Processo n° 132.002.382/2008); Contrato n° 057/2008 (Processo n° 132.002.414/2008); Contrato n° 058/2008 (Processo n° 132.002.081/2008); Contrato n° 059/2008 (Processo n° 132.001.782/2008); Contrato n° 060/2008 (Processo n° 132.002.134/2008); Contrato n°



062/2008 (Processo nº 132.002.448/2008); Contrato nº 063/2008 (Processo nº 132.002.446/2008) e Contrato nº 065/2008 (Processo nº 132.002.381/2008).

*9. Pondera-se, contudo, o transcurso de mais de dois anos desde a publicação da Decisão nº 3.797/2010. A mora na verificação do cumprimento da Decisão deveu-se à análise dos recursos interpostos pelo Sr. Benedito Augusto Domingos (fls.360/363 e 383/405). Neste lanço, considerando que as obras foram concluídas e estão em uso há mais de dois anos, entende-se haver óbices intransponíveis à emissão de qualquer juízo de valor acerca da qualidade das mesmas. Não obstante, deverá a RA III informar acerca da efetiva conclusão e recebimento dos objetos dos contratos listados no item II da Decisão nº 671/2009 (fl. 66)."*

9. Concluindo, o Corpo Técnico sugere a determinação de nova diligência, para obtenção de informações.

#### MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

10. O Ministério Público, por meio do Parecer nº 98/13 da lavra da Dr<sup>a</sup>. CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA (fls. 477), endossa as conclusões da Instrução.

É o Relatório.



## VOTO

Tribunal: De acordo com os Pareceres, VOTO no sentido de que o

I. tome conhecimento do Ofício nº 961/2010 – GAB/CGDF (fls. 358/359);

II. considere parcialmente cumprido o inciso V da Decisão nº 3.797/2010<sup>1</sup>;

III. determine

a) à Administração Regional III - Taguatinga que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao Tribunal acerca da efetiva execução e recebimento das obras objetos dos contratos listados no inciso II da Decisão nº 671/2009, a saber: Contrato nº 054/2008 (Processo nº 132.002.303/2008); Contrato nº 055/2008 (Processo nº 132.002.304/2008); Contrato nº 056/2008 (Processo nº 132.002.382/2008); Contrato nº 057/2008 (Processo nº 132.002.414/2008); Contrato nº 058/2008 (Processo nº 132.002.081/2008); Contrato nº 059/2008 (Processo nº 132.001.782/2008); Contrato nº 060/2008 (Processo nº 132.002.134/2008); Contrato nº 062/2008 (Processo nº 132.002.448/2008); Contrato nº 063/2008 (Processo nº 132.002.446/2008) e Contrato nº 065/2008 (Processo nº 132.002.381/2008);

b) à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe a este Tribunal o deslinde dos processos administrativos instaurados em função do inciso II, alínea “a”, da Decisão nº 3.838/2009<sup>2</sup>;

<sup>1</sup> Decisão nº 3.797/2010-CSPM: “[...] V. determinar à Corregedoria-Geral do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao Tribunal acerca do deslinde dos processos administrativos instaurados em atendimento ao inciso II, alínea “a”, da Decisão nº 3.838/2009, bem como sobre a efetiva execução, recebimento e qualidade das obras; [...]”

<sup>2</sup> Decisão nº 3.838/2009-CSPM: “[...] II. determinar à Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do DF que: a) instaure os devidos processos administrativos, ante a possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 87, c/c art. 88, incisos II e III, da Lei nº





IV. autorize:

a) o envio à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal de cópia do Ofício nº 961/2010 – GAB/CGDF (fls. 358/359), da Decisão nº 3.838/2009, da instrução, deste Relatório/Voto e da decisão que vier a ser proferida, a fim de subsidiar o cumprimento do inciso III, alínea “b” retro;

b) o envio à Administração Regional III - Taguatinga de cópia da Decisão nº 671/2009, da instrução, deste Relatório/Voto e da decisão que vier a ser proferida, a fim de subsidiar o cumprimento do inciso III, alínea “a” retro;

c) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para adoção das providências cabíveis.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2013.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro, em Substituição (CDL)**  
**Relator**

---

8.666/1993, em razão das irregularidades comentadas no Tópico I do Relatório de Inspeção, às seguintes empresas: HB Engenharia Ltda.; WRM Engenharia e Construções Ltda.; ANGLO Construções e Reformas Ltda.; SKALA Construtora Ltda.; DLM Construções Ltda.; MANDALA Ind. E Com. de Pré-Moldados Ltda.; Construtora POLO Comércio e Incorporações Ltda.; WEG Empreendimentos de Obras Cíveis Ltda.; IJ Engenharia e Construções Ltda.; MENEZES Engenharia e Construções Ltda.; IMPLANTA Construções Ltda.; MG Construtora Ltda.; MULTWORK Construtora Ltda.; ALPAR Engenharia Ltda.; SUPREMA Engenharia e Comércio Ltda.; CIDADE Engenharia Ltda. e MÉRITO Engenharia Ltda.; b) adote, com fulcro no art. 45 da Lei Complementar nº 01/1994, as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei em razão das irregularidades comentadas no Relatório de Inspeção, atentando para o disposto no art. 49 da Lei nº 8.666/93; c) oriente a Administração Regional de Taguatinga (RA-III) para que, adotando as devidas cautelas quanto à qualidade das obras, proceda ao seu recebimento, promovendo a competente liquidação da despesa; d) informe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, cerca do resultado das providências adotadas; [...]”